

# COMBATE

**A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES**

**DEMAGOGIA DE UM DISCURSO,  
CONTRADIÇÕES DE UM REGIME**

*Editorial*

O longo discurso que o primeiro-ministro proferiu a 9 de Setembro é, por um lado, amplamente revelador das pretensões de uma das principais correntes do capitalismo de Estado em Portugal e, por outro lado, reflecte com grande agudeza as contradições em que esse capitalismo está embrenhado. Daí, que apesar do tempo desde então decorrido, mereça uma análise quanto aos pontos principais.

Em 1928, um jovem ministro das Finanças, num discurso que ficou célebre, afirmava: "Sei o que quero e para onde vou". É certo que a burguesia aqui encontrou um homem que faria a gestão política do desenvolvimento do capitalismo moderno neste país, e que organizaria a repressão contra os trabalhadores

que esse desenvolvimento exigia. Sem dúvida por um daqueles mecanismos de subconsciente que Freud soube explicar, o primeiro-ministro Mário Soares, procurando igualar em lucidez e determinação o defuncto Salazar, afirmou também no início do seu discurso que "está seguro de si e não hesita quanto ao caminho a seguir". Que o estilo Salazarista inspire o actual primeiro-ministro — gostos não se discutem! Mas duvidamos que a corrente política que ele encabeça saiba efectivamente qual o caminho a seguir. O discurso do primeiro-ministro não passa de um amontoado longo e desconexo de contradições aberrantes, de espantosa ignorância, de demagogia e calúnias desputadoras.

Um dos aspectos mais interessantes do discurso de um primeiro-ministro que ousa falar em competência: — Para que a produtividade aumente, para que se produzam mais mercadorias durante o mesmo tempo de trabalho, o aspecto fundamental é a remodelação da maquinaria empregue e dos processos de fabrico em geral, o que depende de imediato da gestão capitalista, privada ou de Estado. Para que o volume da produção, por si só aumente, basta aumentar o número de horas de trabalho de cada operário, ou fazer laborar durante 24 horas empresas que só laboravam durante 16 horas, etc. A distinção entre estes aspectos é igualmente importante quanto aos seus efeitos. Aumentando a produção acresce-se a quantidade de mercadorias que o capitalista tem para vender, mas não se diminui o valor de cada uma delas. Quer dizer que o capitalista se encontra com mais mercadorias mas sem aumentar o seu poder concorrencial. Pelo contrário, o aumento da produtividade reflecte-se sobretudo na diminuição do valor de cada mercadoria e, portanto, no reforço da competitividade dos capitalistas das propriedades.

Vivemos num período em que o capitalismo ocidental atravessa desde 1974, a mais importante crise do post-guerra, de tal forma que

hoje são os Estados Unidos que começam a mostrar sintomas menos depressivos, à custa porém da manutenção do restante sistema capitalista-ocidental na situação conjunta de depressão económica e de inflação monetária. Nesta situação, querer aumentar indiscriminadamente o volume da produção é um disparate, e afirmá-lo é uma ineptia. Todos os países capitalistas restringem as suas importações, tanto de maquinarias e outros meios de produção como de bens de consumo. Por isso todos os países capitalistas, e em especial os economicamente mais fracos, sentem dificuldades acrescidas nas exportações. Como a produção interna de meios de produção é restrita e não se pode desenvolver rapidamente, e como o primeiro-ministro projecta, nos próprios termos deste seu discurso, diminuir o mercado dos bens de consumo, incluindo os que não são de luxo, e ainda como — aspecto que o primeiro-ministro parece ignorar por completo — só num número restrito de casos a produção industrial nacional pode suprir as importações, o aumento da quantidade da produção significará fundamentalmente nestas condições, o aumento dos stocks de mercadorias invendáveis e, por aí, o agravar da crise.

É no sector agrícola que mais fácil se torna substituir as importações pela produção nacional.

(Cont. p.3)

## Produção e Produtividade

O primeiro-ministro começa por confundir sistematicamente, em exortações e ameaças, o aumento da produção com o aumento da produtividade. Revela assim, de imediato, a sua ignorância; revela a seguir, como veremos, a sua demagogia anti-operária; para revelar finalmente, como mostraremos também, as profundas contradições do capitalismo de Estado em Portugal.

O aumento da produção refere-se unicamente ao crescimento do volume das mercadorias produzidas. O aumento da produtividade diz respeito ao crescimento do número de mercadorias produzidas durante o mesmo espaço de tempo. É claro que tanto a produção como a produtividade podem aumentar conjuntamente, mas é preciso nunca confundir estes dois aspectos que têm efeitos e causas distintos. — É

## AVEIRAS DE CIMA COOPERATIVA MODIFICA A VIDA DE TODOS OS DIAS

Segue-se uma entrevista com vários trabalhadores da COOPERATIVA AGRÍCOLA DE AVEIRAS DE CIMA (integrada na COMUNA DE AVEIRAS, do concelho da Azambuja).

Na parte que publicamos neste número abordam-se questões relacionadas com:

- as desocupações de terras;
- os problemas de organização interna da cooperativa;
- alguns aspectos da vida quotidiana.

(Para alguns pormenores da ocupação ver COMBATE nº933, de 26/12/75 e nº935, de 30/1/76).

## DESOCUPAÇÕES: CEDER OU RESISTIR?

COMBATE - O que pensam das desocupações de terras que se estão a efectuar? Aqui na Cooperativa já discutiram isso?

Trabalhador A - Nós cá ainda não falamos nada sobre as desocupações. Nós até achamos que as propriedades que são ocupadas pelos trabalhadores deviam pertencer sempre aos trabalhadores e não aos latifundiários. Mas tenho a impressão que o governo não vai tomar posições nenhuma sobre os trabalhadores porque é um governo fascista. É mais ou menos isto o que tenho a dizer sobre as desocupações cá nas propriedades que estão ocupadas.

COMBATE - Você diz que o governo é fascista. Mas se chamamos fascista ao governo de M. Caetano não podemos chamar fascista ao de M. Soares. Eu acho que há diferenças. Com o 25 de Abril apareceu um novo tipo de gente no poder, mais técnicos, que falam com legalidades na boca, e rentabilidades e pontos... Vocês não veem diferenças?

Trabalhador A - Eu por mim continuo a não ver diferenças nenhuma, entre tanto o M. Soares como o Caetano. O Soares dizia-se

um gajo socialista mas neste momento está a deitar os trabalhadores abaixo. Não está a deixar os trabalhadores trabalharem como querem e tentarem avançar no processo revolucionário. Não acho que o M. Soares seja um gajo verdadeiramente democrata, um verdadeiro socialista.



COMBATE - O Caetano, os fascistas velhos, defendiam os interesses concretos dos latifundiários. O M. Soares, pelo contrário, não defende os latifundiários, parece dar

(Cont. centrais)

## HOTEL BAIA AUTOGESTÃO MAIS EFICIENTE QUE ESTATIZAÇÕES

Recebemos da Comissão de Trabalhadores do HOTEL BAIA o comunicado que a seguir transcrevemos:

Excelentíssimo senhor Director:

Serve a presente para informar Vossa Excelência de um facto que pelo seu significado e actualidade, poderá vir a constituir uma notícia digna de ser realçada no Jornal que Vossa Excelência dirige.

Trata-se de uma acção de "tomada provisória de posse" que o proprietário do Hotel Baía de Cascais intentou contra os Trabalhadores em Autogestão, e que vai ser executada pelas 17h30 do dia 30 de Setembro de 1976.

O acto reveste-se de grande transcendência, devido sobretudo aos seguintes factos, que catalizam em si o significado de uma prova de força por parte das forças que se opõem tenazmente ao Sistema Autogestionário:

1 - Os trabalhadores estão devidamente credenciados pelo Ministério de Tutela, que ordenou inclusivé uma peritagem à gestão por parte dos trabalhadores.

(Cont. p.2)

# Sociedade artistica casa da comédia "patrões" contra assalariados

Os abaixo assinados, ex-elementos do Grupo de Trabalhadores de Teatro da Casa da Comédia, vêem publicamente denunciar expulsões arbitrarias verificadas neste Grupo, corolário do funcionamento anti-democrático desta associação artística.

As causas de tais expulsões têm como origem uma carta da Juventude Musical da Covilha com as seguintes acusações contra alguns elementos da Casa da Comédia:

a) utilização indevida de um local cedido exclusivamente para pernoitar, e que teria servido de palco de teatro, de festa e arraial com barulho durante a noite;

b) Ter-se acendido um lustre antigo de velas, que há mais de quarenta anos não era aceso, acção que terá sujado de cera a carpete e os estofos de duas cadeiras;

c) furto de 11 pingentes de cristal;

d) ter-se entupido um lavatório de quarto e as instalações sanitárias.

Num post-scriptum significativo anuncia aquela entidade que enviara uma cópia da mesma carta para o Ministério da Comunicação Social.

As pessoas expulsas de modo nenhum a-

ceitaram as acusações globalmente, e nomeadamente a de furto. As que de algum modo funcionam como patronato no interior do grupo, autoras da expulsão, pelo contrário aceitaram tais acusações como sendo verdadeiras, não aceitando sequer ouvir os acusados, sem qualquer comprovação legal.

As pessoas expulsas de modo nenhum consideram que a gravidade dos factos de que se viram acusadas (e que chegaram ridículamente a ser interpretados como atitude premeditada de direita para comprometer a actuação de "esquerda" do grupo), constitui uma causa justa de despedimento. O mais que poderia ser seria uma indisciplina, que apenas poderia ter sido exclusivamente tratada entre a entidade considerada ofendida e o grupo, e perfeitamente resolúvel pela responsabilização monetária dos eventuais estragos assumida em Assembleia Geral do grupo.

A expulsão, na realidade denuncia as relações de desconfiança e má camaradagem existentes e é devido ao facto de os elementos que não pernoitaram no palacete da Juventude Musical quererem salvar "o seu bom nome" aos olhos do Ministério, a fim de salvaguardar o subsídio...

De sublinhar que os elementos que expulsaram três colegas de trabalho (os qu-



is vivem exclusivamente do teatro) todos têm duplos empregos e deste modo se candidatam a um subsídio que se destina exclusivamente a profissionais de teatro e não a acumuladores de profissões.

Lisboa, 9/10/76

Fernando Marques

Jorge Sacadura

Teresa Mónica.

# Hotel Baia: O patrão continua derrotado

(Continuação p.1)

2 - Esta peritagem revelou uma ótima gestão da empresa, ao contrário do que acontecia no tempo do patrão. De facto desde o início da Autogestão, hoje já 8.600 contos de lucro.

3 - Os trabalhadores uma vez que não querem usurpar a propriedade do antigo gestor, fizeram-lhe a seguinte proposta:

a) Compra de todo o recheio do Hotel  
b) 90 contos de renda mensal pelo aluguer do edifício

c) Emprego para o antigo proprietário, sua esposa, seus dois filhos e genro, sua sobrinha, desempenhando funções compatíveis com as suas qualificações profissionais, embora sem privilégios em relação aos restantes trabalhadores.

4 - Perante a alegação de que a renda era insuficiente os trabalhadores declararam-se dispostos a aceitar uma peritagem oficial para fixar o montante da mesma.

5 - Além disso os trabalhadores lançaram já na conta do antigo patrão 1.260 contos referentes a 14 meses de renda, e fizeram todas as amortizações legais, bem como solveram todos os compromissos anteriores da firma, que ia em cerca de 1.500 contos de prejuízo quando o patrão nos deixou, tendo ainda pesados encargos para com os fornecedores, alguns dos quais já não fiavam. Escusado será dizer que os trabalhadores tudo pagaram e restabeleceram a confiança dos fornecedores que sabem agora que palavra dada por aqueles é palavra de rei.

Estas razões que fazem deste exemplo de Autogestão um exemplo vivo do que pode fazer o Sistema Autogestionário pela Reconstrução do País, pelos trabalhadores, e pela construção de uma Economia onde acabe a exploração, embora sem atentar contra os direitos e usufruto dos antigos possuidores.

Estas as razões também que levam a que as forças que se opõem ao Sistema Auto-

gestionário, queiram fazer deste caso uma prova de força, não vá ela fortalecer e multiplicar-se, ou então não venha ela provar ser mais eficiente que o sistema de Estatização.

Por tudo isto, e porque consideramos que a nossa luta pode ajudar outras experiências em curso, apelamos a V. Excelência para que dê a mais ampla cobertura informativa a este caso, fazendo deslocar um reporter a este acto para contar e ver com os próprios olhos a verdade dos factos.

Antecipadamente gratos,

Somos atentamente

A Comissão de Trabalhadores,  
com poderes de Gestão.

Nota do COMBATE - contamos publicar no nosso próximo numero uma entrevista com estes camaradas.

Podemos, no entanto, desde já informar que a "tomada provisória de posse" que devia ter sido executada no dia 30/9, não se realizou por não comparencia do proprietário.

# Sousa Abreu continua a autogestão

Como se sabe, as instalações da SOUSABREU (fábrica de têxteis em Guimarães) arderam parcialmente no dia 13 de Fevereiro deste ano.

Ninguém tem dúvidas que este acto criminoso foi obra de forças que se opõem ao avanço da luta dos trabalhadores.

Podemos resumir em termos gerais a situação da empresa (em autogestão há dois anos) a partir daquela data:

1 - Os trabalhadores formaram piquetes de dia e de noite durante os dois meses após o incêndio;

2 - A limpeza dos escombros e das máquinas foi feita por trabalhadores da

SOUSABREU, comissões de moradores do Porto e por trabalhadores da zona;

3 - Três meses após o incêndio algumas máquinas começam a funcionar;

4 - A campanha de solidariedade organizada pelos trabalhadores da SOUSABREU, sindicato Têxtil de Guimarães e comissões de moradores rendeu 400 contos;

5 - O seguro até hoje ainda não pagou nada aos trabalhadores. Contudo, o proprietário das instalações já foi indemnizado pelo seguro.

6 - O trabalho começou a ser feito a 100% a partir de Julho;

7 - Neste momento os trabalhadores es-

peram uma análise à sua situação por parte do governo para estudarem a rentabilidade da fábrica.

CAMARADAS:

É imprescindível que apoiemos na prática a continuação e o reforço da luta dos explorados. Muitas formas se poderão desenvolver, como por exemplo, a venda militante dos produtos. Assim, podes encontrar na LIVRARIA CONTRA A CORRENTE (Rua da Atalaia, 204 em Lisboa) o produto dos trabalhadores da SOUSABREU: joços de toalhas turcas de rosto e de banho.

COMPRAR É APOIAR!

# Editorial

(Continuação p.1)

ção nacional. A reforma agrária no Alentejo, exemplo notável de ultrapassagem pelos trabalhadores dos aparelhos dos partidos, dos sindicatos e do governo, constitui o único caso em que, além de um considerável aumento da produção, foi possível aos trabalhadores um aumento da produtividade (em 1974/75 a área cultivada com trigo aumentou de 4,8% e a produção aumentou de 28,5%; a área cultivada com cevada aumentou de 11,4% e a produção acresceu de 25,7%).\* As formas de cultivo anteriores eram, em geral, tão primitivas que os trabalhadores conseguiram apesar de condições praticamente inexistentes de crédito para investimento, obter aumentos de produção e de produtividade; além disso, as explorações agrícolas têm uma autonomia tecnológica superior à das empresas industriais. É assim, enquanto em 1974 se importou 40% do trigo consumido e, em 1975, 37,6%, este ano, não mantiver o nível de consumo deste cereal registado no ano passado, importando-se só 11,2% do trigo consumido. Aqui, porém, o primeiro-ministro, com uma demagogia tão descarada que não já a nacionalidade, esquece o aumento da produção e da produtividade — o único sector da economia portuguesa em que se não mantém — e descobre, pelo contrário, que o Alentejo de antes do 25 de Abril era quase um paraíso ("nem tudo era mau na região", houvera um "surto de progresso técnico inegável em determinadas explorações agrícolas", e tinha-se mesmo "elevado um pouco o nível de vida dos trabalhadores da região"). Agora, que a produção agrícola alentejana aumentou em percentagens nunca vistas e que a produtividade cresceu, é que o primeiro-ministro descobre que "o Alentejo caminhava para o colapso económico": como se pode descer tão baixo na calvinia? Como se pode ser tão torpe na demagogia?

## A incompetência dos gestores capitalistas do Estado

Esta incompetência não é um fenómeno subjectivo ou uma questão de acaso. É um dado profundamente objectivo da estrutura económica portuguesa, mas é-nos impossível tentar analisar as suas origens e as condições da sua existência neste breve espaço.

Os capitalistas privados, que pelos vistos não são mais ligados, talvez porque mais experientes, do que o actual primeiro-ministro, revelavam-se ainda há pouco tempo bem mais preocupados com os problemas decorrentes da in-

ferência e da incompetência dos capitalistas do Estado e do aparelho governamental, do que com os relativos aos trabalhadores (ver o inquérito à conjuntura industrial da CIP no Expresso de 27/8/76, p.12). Isto é perfeitamente compreensível se nos lembrarmos que em Janeiro/Março deste ano se importaram 14% menos meios de produção do que em igual período de 1975, o que mostra que a maquinaria não só não se expande como não se renova a existente. (Entretanto em igual período o aumento da produção e da produtividade agrícola no Alentejo originou um acréscimo de 8,4% na importação de tractores.) E são estes os gestores que falam da necessidade de aumentar a produtividade industrial.

A sua incompetência assume um efeito tanto mais grave quanto o primeiro-ministro, ao mesmo tempo que atrai demagogicamente para cima dos trabalhadores a responsabilidade para o desejado aumento da produtividade, propõe também para o sector estadualizado da economia lugar central para o re-arranque económico. Outra coisa aliás não podia fazer, pois todos os mecanismos económicos decisivos estão nas mãos do Estado. Será neste campo que a demagogia do primeiro-ministro se vai revelar com nova profundidade.

O primeiro-ministro anuncia que as empresas estadualizadas serão o grande mercado do sector dos meios de produção e dos bens de equipamento, arrastando assim a restante economia do Estado e o sector privado na recuperação económica. Para isso "o Estado irá pagar a curto prazo a todos os seus fornecedores e credores" e propôs um extenso programa de investimentos que vai desde os bens de equipamento básico e de meios de produção, até à assistência. De imediato se nos oferecem aqui dois comentários:

O primeiro-ministro, a quem a inflação tanto preocupa não ignora com certeza que esta não se deve fundamentalmente ao acréscimo do consumo individual. No capitalismo contemporâneo, em que a maior parte das mercadorias produzidas se destinam a alimentar o próprio processo produtivo, as razões básicas da inflação encontram-se na própria estrutura da produção, e não no consumo particular. No entanto, ao longo do seu discurso a preocupação da inflação só aparece relacionada com o consumo pessoal dos trabalhadores quando o certo é que este programa de investimentos pu-

No único caso em que foi tecnologicamente possível aos trabalhadores aumentarem a produtividade, o primeiro-ministro tenta encobrir esse facto por detrás das calvinias. E, no caso da indústria, em que o aumento da produtividade depende tecnologicamente da remodelação da maquinaria e dos sistemas de fabrico, o que só cabe aos gestores, o primeiro-ministro confunde a produtividade com a produção bruta:

Mas, dirá o leitor, talvez nesta confusão entre produção e produtividade, o primeiro-ministro se quisesse referir exclusivamente ao aumento da produtividade, tornando assim os produtos fabricados nas empresas capitalistas portuguesas mais concorrenciais e facilitando portanto as exportações. Muito provavelmente, respondemos nós. Mas, nesse caso, porque é que o primeiro-ministro responsabiliza os operários por esse aumento da produtividade ("trabalho duro e disciplinado", "o trabalho nos pode salvar", "aumentar a produtividade o que, evidentemente, só pode ser feito com a adesão efectiva dos trabalhadores", "não o direito à preguiça") em vez de afirmar claramente que a única forma de aumentar a produtividade é remodelar a maquinaria e as instalações e, em geral, proceder a uma reorganização capitalista? Envolve nas suas contradições o primeiro-ministro diz, reafirma, repete até à exaustão: "há que aumentar a produtividade a todo o custo". Mas porque é que diz isto voltando-se para os proletários, quando o devia dizer voltado para a classe dos gestores capitalistas do Estado?

Chegamos aqui ao ponto fundamental deste discurso. O primeiro-ministro vocifera, acusa, insulta os operários, para lhes implorar logo a seguir a salvação do regime capitalista do Estado que representa, tudo isto com o fim de ocultar a incapacidade que os gestores capitalistas têm demonstrado na gestão da enorme máquina económica que tem nas mãos.

blicos irá ser a verdadeira causa, a causa fundamental do acréscimo futuro da inflação, assim como a principal causa da inflação actual tem sido a manutenção pelas injeções financeiras do Estado das empresas que a crise mundial e nacional obriga a uma baixa laboração. É evidente que, em termos capitalistas são sempre os proletários a pagar para que os investimentos se façam e a boa gestão capitalista implica o sacrifício do consumo dos trabalhadores para o investimento das empresas (dentro, porém, de certos limites, como à frente referiremos). O capitalismo, privado ou de Estado, não vive para o bem estar de cada um mas para a multiplicação dos investimentos e da produção da mais-valia. Se a melhoria da situação dos trabalhadores e o aumento dos investimentos fossem sempre conciliados o capitalismo não seria o sistema contraditório de que nós todos nos apercebemos na prática. Ao primeiro-ministro compete

pois, tentar restringir a inflação pelo lado do consumo dos proletários e aumentá-la pelo lado do mercado dos meios de produção, pelas injeções de crédito às empresas, etc. Aos revolucionários cumpre a luta contra essa diminuição do nível de vida, sempre mostrar como é inconciliável o desenvolvimento do capitalismo e o bem-estar dos trabalhadores, para que a luta pelo bem-estar se transforme numa luta contra o assalariamento e o capitalismo.

O segundo comentário diz respeito ao próprio plano de investimentos do primeiro-ministro: os actuais gestores do capitalismo do Estado não conseguiram executar na prática esse plano; o sector estadualizado não conseguiu proceder a um arranque económico verdadeiro e muito menos arrastar consigo o resto da economia. Para que a produtividade aumente no sector estadualizado, para que ele se torne concorrenciais e os seus investimentos originem o rearranque da economia capitalista, necessário era que os gestores "fossem capazes de proceder a uma planificação conjunta das empresas estadualizadas, que constituem como sabemos a parte fundamental da economia do país. Porém, quando o plano de investimentos das empresas públicas para 1976 (acabado de elaborar em Agosto e aprovado governamentalmente em Setembro de 1976) apenas se limita a enunciar os projectos de investimento empresa por empresa, sem estabelecer prioridades entre eles, sendo também, por outro lado, incapaz de definir quais as fontes de financiamento na sua relação com os investimentos (para os pormenores ver o Expresso de 27 de Agosto, p.10, e de 10 de Setembro, p.10) — quando isto acontece podemos dizer com toda a segurança que a economia estadualizada não conseguirá, com os actuais gestores e no actual sistema, realizar o que se propõe. A incompetência destes gestores é pois, um dado económico objectivo da maior importância.

O primeiro-ministro conhece, no entanto, os seus colegas, e até provavelmente se conhece a si próprio. Daí que o acrés-

cimo da exploração do proletariado ocupe um lugar fundamental no seu plano de rentabilização das empresas do Estado, do re-arranque económico em geral.

## O único preço a baixar será o da força de trabalho

Para que o sector estadualizado constitua um mercado para as restantes empresas, para que os lucros aumentem podendo assim aumentar os investimentos, em suma, para que a economia capitalista de Estado em Portugal arranque, o primeiro-ministro anuncia que aceitará "a revisão dos preços de modo a reflectirem o aumento dos custos". Isto diz respeito, claro está, aos preços das mercadorias apropriadas pelos capitalistas. Mas, para a única mercadoria que o proletariado pode vender — a sua força de trabalho — já são diferentes as promessas do primeiro-ministro: o salário mínimo legal sofrerá aumentos inferiores ao da inflação, nomeadamente no sector estadual, o que significa que o salário real, em geral diminuirá — pelo menos segundo os planos do primeiro-ministro... Dentro da mesma linha vem as medidas de poupança forçada e as promessas de contenção de preços de alguns produtos básicos — indispensável para que se mantenham baixos salários — e de racionamento de alguns desses produtos básicos ("diminuir certo tipo de importações, e não só de artigos superfluos"). O primeiro-ministro que acusa os trabalhadores portugueses de se terem lançado, após o 25 de Abril, numa orgia de produtos superfluos, não esquece, claro está, que as importações de bens de consumo de luxo não excedem 5% do total. E por isso que aqui, deixando provisoriamente de lado a demagogia habitual, anuncia a restrição de produtos fundamentais.

O primeiro-ministro queixa-se amargamente da "destruição dos mecanismos económicos" que não foi mais, aliás, do que a transição de um capitalismo em que a propriedade privada era dominante para um capitalismo em que a economia de Estado é fundamental. Mas parece esquecer que em termos capitalistas o consumo da classe operária e também um "mecanismo económico". Aliás, não esqueceu, e é por isso que, propondo restringir esse mecanismo econó-

mico do consumo, de lá antever que expandirá o outro mecanismo económico compensatório, o da repressão policial.

É claro que o primeiro-ministro descobrirá operários a ganharem com contos por mês. Esqueceu-se de dizer quais, quantos e onde. Até ele nos informar, a prometida rentabilização das empresas estaduais mostra já que características há de ter: a costurada inépcia dos gestores capitalistas de Estado e a tentativa de compensar pelo aumento da exploração dos operários as contradições em que se debate o capitalismo de Estado Português.

Portugal, no entanto, não é daqueles países (como o Chile, por exemplo) cuja economia depende fundamentalmente da exportação de matérias-primas para o mercado mundial; nesses países o mercado interno é de fraca importância económica e, por isso os capitalistas podem baixar drasticamente os salários, o que diminui os custos de produção das matérias-primas e aumenta a competitividade nas exportações. Em Portugal, pelo contrário, o mercado interno de bens de consumo é muito importante. Se os capitalistas portugueses se desfizerem a certa altura do salarismo, isso deveu-se, entre outras razões, à incapacidade desse regime em aumentar o mercado interno de bens de consumo. Durante o gonzalvismo, os vários planos do então ministro da economia, Mário Monteiro, que visava uma drástica redução do salário real e do consumo interno privado, fracassaram sucessivamente perante as imposições da estrutura económica e social do capitalismo neste país. O actual governo não deixará também de constatar, perante as pressões práticas do sistema económico e perante a resposta operária que inevitavelmente surgirá, como é inviável — mesmo em termos capitalistas — uma redução do mercado interno de bens de consumo tão drástica como a que pretende.

## A principal contradição social no seio da nova classe dominante

Se a incompetência dos gestores não é superada, se a gestão económica propriamente dita não consegue ser levada a cabo eficazmente, se o rearranque económico não se processa, isso deve-se à incapacidade do capitalismo de Estado neste país para resolver a sua contradição básica neste período: a integração no aparelho estadual das comissões de trabalhadores burocratizadas. Temos já referido este problema ao longo de editoriais do COMBATE (nomeadamente dos números 34 e 36). Basta por isso recordá-lo nas linhas gerais e mostrar como dele decorrem as contradições do discurso do primeiro-ministro.

Logo após o 25 de Abril, perante a derrocada das instituições estaduais, os trabalhadores tomaram nas suas mãos o controlo da maior parte das empresas e até a gestão de muitas delas. Durante esse período ascensional da luta, as comissões de trabalhadores eram efectivamente a emanção directa e imediata das massas operárias, e a generalidade dos problemas era discutida e decidida pelas grandes massas. Mas o processo revolucionário permaneceu circunscrito às fronteiras portuguesas e a não internacionalização das lutas fez com que os trabalhadores e as suas comissões, no esforço de controlo ou de gestão da economia, se deparassem rapidamente com a pressão inelutável do mercado capitalista mundial e a partir de então que as exigências de competitividade e de rentabilidade, impostas pelo mercado capitalista, obrigaram as comissões de trabalhadores a um tipo capitalista de gestão que condenou as tentativas esboçadas e, em alguns casos, começou a levar à prática, de remodelação das relações de trabalho, da hierarquia, do tipo de gestão ou até dos próprios critérios da produção, quando esta começara a ser pensada sob o ponto de vista da sua utilidade social. A burocratização das comissões de trabalhadores não se deveu, como julgam certas análises moralizantes, à influência corruptora dos partidos. No momento actual as lutas operárias continuam, na generalidade, a desenvolverem-se autonomamente em relação aos partidos e aos sindicatos ou, no pior dos casos, a ultrapassá-los rapidamente. A burocratização das comissões de trabalhadores deveu-se à pressão do mercado capitalista mundial, ou seja em última instância, à não internacionalização do processo revolucionário que as obrigou a executar um tipo de gestão capitalista. O maior peso

da actividade burocrática e partidária no interior das comissões de trabalhadores é uma consequência deste facto, e não uma causa. Se a luta operária em Portugal atingir de novo as dimensões e a intensidade que alcançou em 1974/75, estas comissões de trabalhadores burocratizadas serão espontaneamente liquidadas e surgirão de imediato novas comissões revolucionárias, controladas pelas massas. Quanto à continuação desse novo processo — isso dependerá como dissemos, da internacionalização das lutas proletárias.

Sob o ponto de vista do capitalismo de Estado, no entanto, esta burocratização das comissões de trabalhadores acarretou novos problemas. Se essas comissões, em vez de se terem burocratizado, tivessem desaparecido, como aconteceu noutros países, o Estado reconstruiria a partir do topo os seus organismos de gestão e a máquina rodaria de novo. Mas as lutas operárias continuam activas, embora não globais à escala do país e com os problemas que acabamos de enunciar, e por isso — como por outros motivos que nos é impossível tentar indicar agora — as comissões de trabalhadores burocratizadas perduram. O primeiro-ministro procura restringir-lhes o poder, apoiando-se para tal nos sindicatos, ou seja, tenta aproveitar a rivalidade entre a burocracia sindical e a burocracia das comissões de trabalhadores, o que ressalta em várias passagens do seu discurso. Mas, além deste projecto não ser novo (o mesmo procuraram os gonzalvistas fazer, parcialmente e durante certo período) ele está, pelo menos nos tempos mais próximos condenado ao fracasso, pois os sindicatos tem continuado a ser largamente ultrapassados nas recentes lutas. É talvez mais importante ainda, sob o ponto de vista do actual governo, e a fraquíssima base de apoio do PS no seio dos sindicatos. Por isso o primeiro-ministro não insiste nesta via e acaba, como todos os governantes anteriores, por ter consciência da impossibilidade de passar por cima das comissões de trabalhadores burocratizadas.

Reside aqui a principal contradição social do capitalismo de Estado português. A gestão capitalista de Estado, a planificação conjunta das empresas, o estabelecimento de um critério nos investimentos, etc. e até a própria contenção das massas operárias só serão possíveis se o regime

(Cont. p.6)

# AVERAS: O quotidiano numa cooperativa

(Continuação p.1.)  
muito mais importância ao desenvolvimento industrial encabeçado pelo Estado e não pelos capitalistas privados. Ambos estão contra os trabalhadores, porque os benefícios que tiram da exploração dos trabalhadores, se antes iam para os latifundiários e para os capitalistas privados, agora ficam nos bolsos do M. Soares e dos gestores do Estado.

**Trabalhador A** - Mas o Mário Soares devia dar mais possibilidades aos trabalhadores do que tem dado até agora. Uma vez ele fala para os trabalhadores, outras vezes fala contra os trabalhadores das ocupações.

**COMBATE** - Antes, no fascismo, o Estado não intervinha no campo. Depois do 25 de Abril não foi o Estado que começou a fazer a Reforma Agrária. Foram os trabalhadores que começaram a ocupar terras e o processo avançou e realmente se concretizou: houve muita terra ocupada. Foi então que o Estado lançou a sua "Reforma Agrária".

Hoje em Portugal pode-se dizer que há muito mais intervenção do Estado na economia do que havia antes. O Estado, encabeçado por M. Soares (se fosse Álvaro Cunhal ou outro qualquer seria a mesma coisa) tem uma política de controlo dos trabalhadores - os trabalhadores têm que seguir uma certa disciplina, os trabalhadores começam agora a ter menos possibilidade de faltarem ao emprego, etc. Quer dizer então que há uma diferença: não é um governo fascista, mas é um governo que quer ter uma política "eficiente" de controlo dos trabalhadores para desenvolver o capitalismo, e os ganhos dessa exploração dos trabalhadores seja distribuída entre todos os que estão no aparelho de Estado, a dirigir as empresas "nacionalizadas", etc.

Que tipo de intervenção faz o Estado aqui nas cooperativas? Como é que vocês sentem a presença do Estado aqui?

**Trabalhador A** - Depois do 25 de Abril quando houve ocupações e quando existiam os governos provisórios, nunca desocuparam nada. Mas só agora quando entrou o governo Ramalho Eanes e M. Soares, os gajos não têm feito nada para os trabalhadores, nem tentam dizer aos trabalhadores para tentarem fazer alguma coisa. Quando existiram os governos provisórios, os gajos tentaram fazer alguma coisa: por exemplo na V governo. Mas quando foi no VI governo já faziam manifestações de PPD e tudo, e essa merda por aí fora e os gajos não estão nada a ajudar os trabalhadores.

**COMBATE** - Em relação ao IRA, por exemplo, houve mudanças do 25 de Novembro para cá?  
**Trabalhador A** - Eu não sinto nenhuma mudança. É a mesma coisa que antes.

**COMBATE** - E quanto às desocupações: imaginem que chegam aqui com alguns papéis e dizem que é ilegal esta ocupação. Vocês acham que é legítimo que um gajo que não trabalha a terra, que está sentado num ministério, vos venha dizer o que é legal ou ilegal?

**Trabalhador A** - Acho que esses gajos não deveriam definir nada. Quem deveria definir todos estes pontos de trabalho eram os trabalhadores e não os gajos que estão sentados por trás das secretárias... Esses gajos não servem para nada. Só servem para travar os trabalhadores. Porque se deixassem que os trabalhadores trabalhassem, eles fariam alguma coisa neste país. Assim não fazem nada porque uns tentam desenvolver os trabalhadores, mas outros tentam atrasar, por isso andamos sempre na mesma merda.

**COMBATE** - Ameaçaram fazer aqui alguma desocupação?

**Trabalhador A** - Não. Nós julgávamos que isto seria desocupado, mas não foi. Julgávamos

que fosse desocupado porque veio no jornal PÁGINA UM todas as desocupações deste país e trazia uma da Azambuja. Julgávamos que era esta propriedade, mas afinal não é. É uma propriedade na Azambuja que tem menos de 50.000 pontos e que foi desocupada. Nós no outro dia fomos ao IRA e os gajos disseram-nos que isto não será desocupado. Só temos que dar uns 20 hectares a um gajo - um rendeiro - que aí trabalhou, que arrançou umas árvores e que diz que gastou dinheiro na terra e diz que tem direito à terra, dizem os gajos.

**COMBATE** - Vocês vêem as desocupações como uma medida para voltar a terra aos agrários. Eu acho isto mais como uma manobra do governo para conseguir um certo prestígio, porque a parte da terra que vai ser desocupada é ridícula, é quase simbólica. Como vêem isto?

**Trabalhador A** - Não pretendíamos voltar a dar as terras aos gajos. Mas poderá existir, por exemplo no IRA ou numa coisa assim, onde possam tentar entregar novamente as terras aos antigos donos. Penso eu, pá.

**COMBATE** - Vocês não pretendem entregar as terras... mas se vierem aqui com a pepelada e vos disserem que esta ocupação é ilegal, qual seria a vossa posição? Até que ponto os trabalhadores aqui na cooperativa estão unidos para terem uma posição comum, para dizerem "não desocupamos"?

## A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA COOPERATIVA

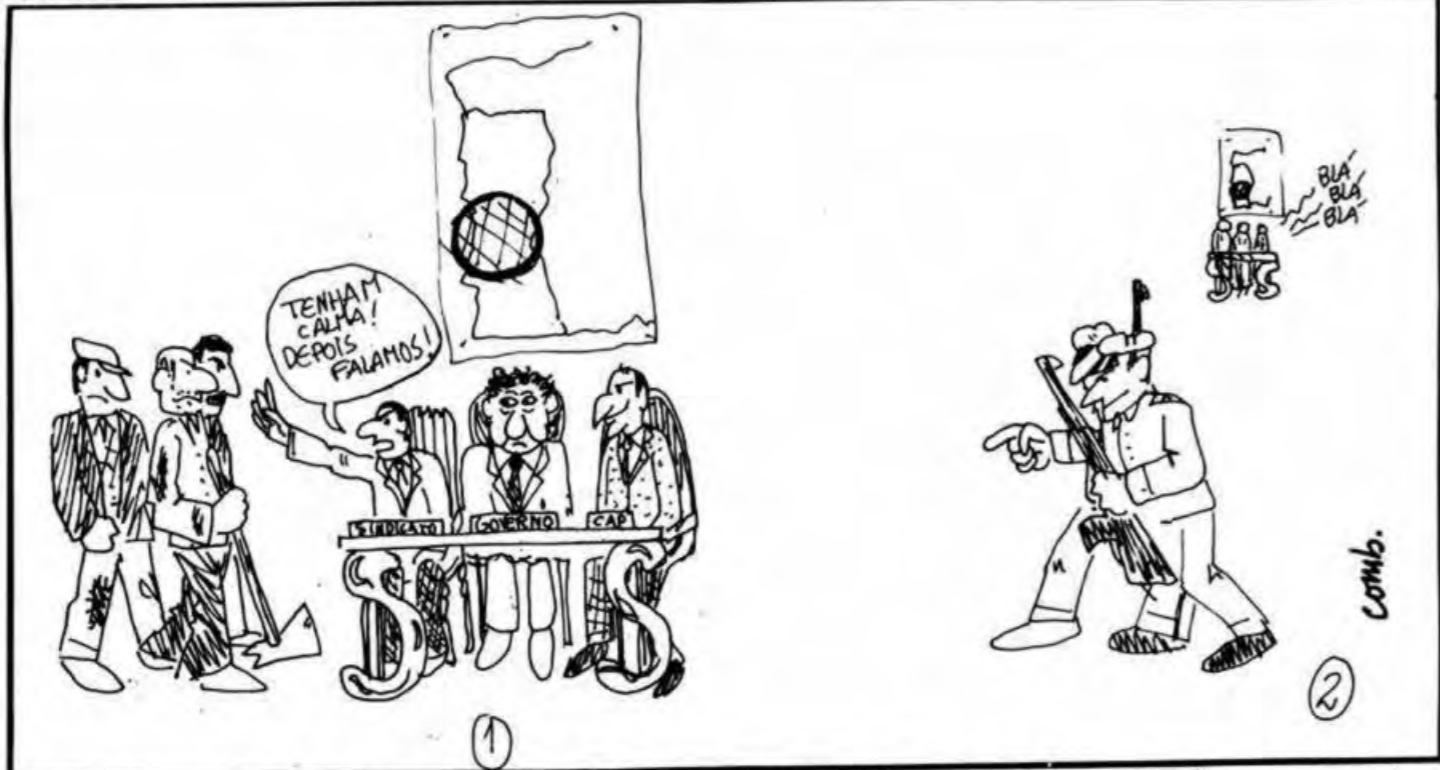
**COMBATE** - Do ponto de vista económico vocês têm tido problemas?

**Trabalhador B** - Não, não temos problemas de espécie nenhuma. Sob o ponto de vista económico o IRA está-nos a facilitar um subsídio para salários, para a cantina, etc.

**COMBATE** - Como fazem a venda dos produtos? É através do IRA?

**Trabalhador A** - As vendas são directamente ao público. Os produtos saem da cooperativa e são vendidos directamente na praça. Não tem nada a ver com o IRA. Somos nós próprios que vendemos.

**COMBATE** - Além da Cooperativa de Consumo da



Comuna de Aveiras de Cima, vocês vendem as outras?

**Trabalhador A** - Sim, para muitas outras e em muitos lados: em Lisboa, para o entreposto. Fazemos vendas directas ao público é tudo.

**COMBATE** - Como está organizada a cooperativa? Tem comissão de trabalhadores, grupos de trabalho, não é? Como funcionam?

**Trabalhador B** - Aqui só vitórias ou morte!

**Trabalhador A** - Poderemos não desocupar. Se os gajos chegarem aqui e disserem: "Vocês têm de desocupar", ou uma coisa qualquer, nós podemos dizer: "não saímos daqui enquanto não vierem as Forças Armadas, ou como é que se chama isso, cá tirar-nos". Só assim é que saímos. Porque se chegar cá um gajo aqui e mandar umas bocas e disser que temos que sair daqui porque isto pertence ao dono, nós não saímos.

**COMBATE** - De qualquer dessas maneiras a diferença não é muita, porque vocês dizem: com esses gajos não saímos mas se as Forças Armadas vierem nós saímos... Então porque? Você quer dizer que só a intervenção da força vos tira daqui?

**Trabalhador A** - Porque vimos que propriedades iguais a estas pertencem aos trabalhadores e não aos antigos donos que não faziam cá nada, não trabalhavam a terra...

**Trabalhador B** - Eu pessoalmente declaro já: daqui ou para o cemitério ou para a cadeia. Daqui não saio.

**COMBATE** - Isso é a tua opinião. Que pensam os outros trabalhadores? Acham que há trabalhadores que entregariam e voltavam para o seu canto?

**Trabalhador B** - Só os oportunistas é que abandonavam isto. Os que não são oportunistas preferem morrer aqui.

**Trabalhador A** - Aqui não estamos bem organizados, porque os camponeses não têm um cérebro como qualquer outro. Por exemplo, todos os trabalhadores que aqui trabalham não estiveram a estudar. Não se podem organizar em 2 ou 3 anos. Talvez nem em 5 anos podemos construir esta porcaria toda.

**COMBATE** - Mas que tipo de organização é que está a referir-se? Porque se vocês estão aqui numa cooperativa que funciona satisfatoriamente, onde vocês produzem aquilo que decidem entre vocês, se conseguem isto é porque estão organizados. Que organização é que poderá haver daqui a 2 ou 3 anos?



**Trabalhador A** - A organização que poderia haver daqui a 2 ou 3 anos, seria uma organização para arrancar com a cooperativa para a frente. Porque os cooperadores daqui a dois ou três anos estarão mais consciencializados e poderão fazer mais alguma coisa pela cooperativa. Porque há muitos cooperadores que só pensam em dinheiro. Chega-se ao fim do mês e querem receber o dinheiro.

(Cont. p.6)

# COUÇO: Os trabalhadores face às desocupações

No nosso último número publicámos uma entrevista com um trabalhador (Canejo), elemento do Comité da Reforma Agrária do COUÇO. Nela se falava da luta dos trabalhadores do COUÇO, antes e após o 25 de Abril, contra o capitalismo, das experiências de vida colectiva nas herdades e sobre questões que a actividade revolucionária em geral põe a todos os explorados, aos revolucionários.

Na entrevista que se segue discute-se as recentes desocupações de terras, o seu significado para o governo e as consequências que daí advêm para os trabalhadores e a sua luta.

## DESOCUPAÇÕES NÃO PREJUDICAM TRABALHADORES?

**COMBATE** - Houve aqui recentemente algumas desocupações. Como é que os trabalhadores reagiram a isso?

**Canejo** - As desocupações que se vão fazer aqui no Couço (já se fizeram duas) são aquelas herdades que foram ocupadas e que não tinham os 50.000 pontos. Mas na altura das ocupações, as pontuações ainda não estavam feitas, portanto, os trabalhadores ocuparam esses terrenos sem saberem quais seriam os pontos que lhes iriam dar. Quando nós começámos a saber, mais ou menos, (o certo é com os técnicos) como era feita a pontuação fomos pensando que haveriam algumas que a não tinham.

Essas já foram entregues ou irão ser entregues, e os trabalhadores aceitam. E aceitam pelo seguinte: sabem que só têm a beneficiar com isso porque, há outras que ainda estão por expropriar e que têm pontuação para o serem. Ora, por um lado, umas serão entregues, por outro lado, beneficia-se com as expropriações. Nós podemos entregar aqui meia dúzia de propriedades e beneficiar de outras que são muito maiores. À medida que nós aceitamos a entrega dessas herdades também exigimos que sejam expropriadas as outras que ainda restam.

No vale do Sorraia já foi expropriado todo o regadio, portanto, o regadio com

## PORQUE SE OCUPARAM AS HERDADES

**COMBATE** - Mas quando vocês ocuparam essas herdades, que agora vão ser desocupadas, fizeram-no porque o consideraram importante...

**Canejo** - A maior parte dessas herdades, que estão a ser entregues, os donos nunca trabalharam nelas.

**COMBATE** - Mais uma razão porque vocês as ocuparam...

**Canejo** - Porque se falava que o que estava abandonado era expropriado, e, portanto, nessa altura ocupamo-las e já se lá fizeram algumas culturas. Em terras que nunca foram semeadas fizemos culturas. Parecendo que não, ao serem entregues, elas deram já algum rendimento para a reforma agrária. Se a Constituição diz que com mais de 50.000 pontos é que são expropriadas nós aceitamos; mas a coisa é muito importante: é que não podemos esquecer que esses proprietários não as podem continuar a deixar ao abandono como antes. Têm que criar desenvolvimento, e se o não criarem essas propriedades encravadas no meio de unidades colectivas ficarão com triste memória para as desocupações dessas terras. Nós até temos um exemplo: há uma herdade, que esteve pouco tempo ocupada onde nós estávamos a criar uma unidade leiteira. Quando nos disseram que não tinha a pontuação entregamo-la. Mas dissemos logo: uma coisa é certa, nós vamos aqui fazer uma unidade leiteira. Se vocês não quiserem fazer isso mas fizerem qualquer outra coisa, também está bem. O que é preciso é que explorem as coisas e não as deixem ao abandono.

Mas noutra herdade desta unidade colectiva já temos a unidade leiteira criada, falta só a sala de ordenha começar a funcionar... Isto mesmo da desocupação dessas terras vem criar o sentido de terem sido ocupadas e agora serem entregues. Vem criar mais produção, porque esses que agora vêm tomar conta deles vão ser obrigados a continuar a trabalhá-las da mesma maneira, porque nós e o governo estamos em cima deles. Eles sabem que os trabalhadores vão tentar tudo por tudo para que não hajam terras incultas.

**COMBATE** - Vocês quando ocuparam essas herdades, não sabiam qual era a sua pontuação, ocuparam-nas porque estavam incultas e porque as consideraram importantes para a produção futura da vossa unidade colectiva. Agora desocupam-nas porque aceitam a lei, lei para para a qual não foram ouvidos, e que não defende os vossos interesses, até porque essas terras estavam incultas. Porque é que aceitam a lei?

**Canejo** - Uma coisa é muito importante, nós agora sabemos que é essa a intenção de muitas pessoas e, também por isso, apareceram jornalistas estrangeiros que vieram à zona da reforma agrária para verem as desocupações. (Mas durante as ocupações nem a RTP, apareceu.) Sabemos perfeitamente que eles também queriam que nós nos lançássemos contra as desocupações. Para quê? Para que não fossem expropriadas as restantes propriedades por expropriar. E até mesmo, se possível fosse, para nos obrigarem depois a entregar o resto das terras, mesmo aquelas com mais de 50.000 pontos. Nós sabemos que muitas vezes temos que recuar dois passos para depois andar quatro. Em muitas zonas também não vão ter operários pa-

ra trabalhar a terra, e não tendo operários já estão muitos a desistir e a decidir arrendá-las às unidades colectivas. Já chegou o dia dos trabalhadores rurais deixarem de ser explorados. Isso também nos vem ajudar porque os trabalhadores estão politizados, sabem o que querem, sabem o que é a reforma agrária, sabem o que são capazes de produzir, sabem que nestes primeiros anos (principalmente este e o próximo) não vão ter possibilidade de concretizar aquilo a que aspiravam logo de momento, porque no princípio não tiveram máquinas, não tiveram crédito, não tiveram apoios e até porque muita terra estava por desbravar, e limpar e desbravar leva tempo a fazer. O mesmo quanto à produção pecuária: o gado era pouco.

**COMBATE** - Portanto, vocês entregam as propriedades por uma questão táctica?

**Canejo** - Quando chegámos à conclusão que a constituição não permitia a expropriação de propriedades com menos de 50.000 pontos (e isto apareceu depois das ocupações), nós entendemos que se assim se criou, se assim se fez, e se isso não vem afectar

mais de 50.000 pontos. Mas ainda há muito sequeiro com mais de 50.000 pontos por expropriar.

**COMBATE** - Mas essas expropriações ainda não se fizeram porque?

**Canejo** - Porque, a nível de ministério ainda não houve a ideia de as expropriar, ou porque, talvez quisessem primeiro entregar as que estavam ocupadas e com pontuação inferior a 50.000 pontos.

**COMBATE** - Essas propriedades com mais de 50.000 pontos e que ainda não foram expropriadas, estão dependentes de uma decisão de Ministério da Agricultura. Acontece que vocês ocuparam muitas propriedades e não estiveram à espera de decisões ministeriais. Assim, porque é que vocês ainda não começaram as ocupações dessas herdades?

**Canejo** - Aqui na freguesia do Couço, a maior parte delas estão ocupadas, mas não estão expropriadas. O estarem ocupadas não chega, interessa a expropriação. E é isso que nós exigimos. Também é muito importante pensarmos que, mesmo que na freguesia do Couço não beneficiamos, sabemos perfeitamente que no concelho de Coruche os trabalhadores vão beneficiar em muitos milhares de hectares que lhes vão ser entregues.

**COMBATE** - Quando chegámos à conclusão que a constituição não permitia a expropriação de propriedades com menos de 50.000 pontos (e isto apareceu depois das ocupações), nós entendemos que se assim se criou, se assim se fez, e se isso não vem afectar

**COMBATE** - Portanto, vocês entregam as propriedades por uma questão táctica?

**Canejo** - Quando chegámos à conclusão que a constituição não permitia a expropriação de propriedades com menos de 50.000 pontos (e isto apareceu depois das ocupações), nós entendemos que se assim se criou, se assim se fez, e se isso não vem afectar



muito os trabalhadores, não há que estar portanto a criar um conflito, que alguém quer ver nos trabalhadores portugueses para melhor se aproveitarem da sua união e criar aí a derrota da própria reforma agrária, no seu total. Sendo assim isto não vem criar problemas de maior em relação ao emprego dos trabalhadores. As herdades que estão ligadas às Unidades colectivas de produção entregues são muito poucas e a maior parte delas têm muito pouco rendimento a nível do trabalho manual dos trabalhadores. Tem de ser trabalhadas mais a nível de máquinas e de gado. Mas sabemos que dentro dessas há algumas que precisam de ser desbravadas mais que outras, e tem portanto que empregar mais mão-de-obra. Mas também sabemos que nas que não são entregues e que vão ser expropriadas, também há muito que fazer. O que é preciso é criar na cabeça de cada um de nós que somos nós que temos de pensar o que temos de fazer, para assegurar o trabalho. Se estivermos à espera que alguém nos venha resolver o problema, agora ou depois da entrega dessas terras, para encontrar soluções para os nossos problemas nas zonas

(Cont. p.7)

# AVEIRAS: O quotidiano numa cooper

(Continuação p.4)

**COMBATE** - Acha que isso pode acontecer daqui a 2 ou 3 anos aqui na cooperativa enquanto que no resto do país isso acontece? Estamos numa sociedade capitalista, você está sob o regime dos salários, como é que a cooperativa isoladamente vai ultrapassar isso?

**Trabalhador A** - Estás a falar em salários; eu não falei em salários, falei em dinheiro. Porque aqui não pensam em salário, pensam em dinheiro, estás a perceber? ou seja 2 ou 3 contos. Eu também acho que o dinheiro tem de ser dado a esses gajos, porque acho que num país capitalista não se pode viver sem dinheiro. Até há gajos que tinham dinheiro e levaram-no da cooperativa onde fazia falta.

**COMBATE** - Os grupos de trabalho como funcionam?

**Trabalhador B** - São sete grupos de trabalho: da floresta, pecuária, sementeiras, sócio-cultural, cozinha e bar, máquinas.

**COMBATE** - Como se faz a ligação entre os grupos e com a comissão de trabalhadores? Acha que a comissão de trabalhadores ainda é necessária?

**Trabalhador B** - Sim é sempre necessária para controlar todos os sectores de trabalho e para a comercialização e outras coisas no género.

**COMBATE** - No grupo de trabalho Cozinha-Café quantas pessoas há?

**Trabalhador B** - São só mulheres.

**COMBATE** - Pelo que já conheço daqui este grupo tem só mulheres a trabalhar e houve muito pouca rotação de tarefas. Vocês a chamam que aqui na cooperativa alguma vez os homens se ocuparão destas tarefas?

**Trabalhador A** - Os homens nesta cooperativa pensam que as mulheres devem ser criadas deles, e no entanto, há muito homem que se fosse lavar pratos achava mal ou coisa idêntica. Não tenho bem a certeza, mas talvez mais tarde se consiga eliminar isso tudo e se consiga que os homens vão para a cozinha.

**COMBATE** - No grupo de trabalho Cozinha-Café quantas pessoas há?

**Trabalhador B** - São só mulheres.

**COMBATE** - Pelo que já conheço daqui este grupo tem só mulheres a trabalhar e houve muito pouca rotação de tarefas. Vocês a chamam que aqui na cooperativa alguma vez os homens se ocuparão destas tarefas?

**Trabalhador A** - Os homens nesta cooperativa pensam que as mulheres devem ser criadas deles, e no entanto, há muito homem que se fosse lavar pratos achava mal ou coisa idêntica. Não tenho bem a certeza, mas talvez mais tarde se consiga eliminar isso tudo e se consiga que os homens vão para a cozinha.

**COMBATE** - No grupo de trabalho Cozinha-Café quantas pessoas há?

**Trabalhador B** - São só mulheres.

**COMBATE** - Pelo que já conheço daqui este grupo tem só mulheres a trabalhar e houve muito pouca rotação de tarefas. Vocês a chamam que aqui na cooperativa alguma vez os homens se ocuparão destas tarefas?

**COMBATE** - Controlar? O que quer dizer com isso?

**Trabalhador B** - Sim, controlar. Porque os porta-vozes de todos os sectores de trabalho devem prestar contas à C.T.

**COMBATE** - Mas prestar contas à C.T. significa prestar contas a todos os trabalhadores?

**Trabalhador B** - Apesar de serem todos os trabalhadores, é a C.T. que está responsável por todo o giro das cooperativas, de responder perante a cooperativa propriamente dita.

**Trabalhador A** - Por exemplo, quando todos os trabalhadores virem que esta C.T. está mal e não está a fazer nada pela cooperativa, fazem uma assembleia geral e tentam eleger outra C.T..

**COMBATE** - Quantas já houve?

**Trabalhador A** - Já houve umas sete comissões de trabalhadores desde o princípio da cooperativa.

**COMBATE** - Porque saem?

**Trabalhador A** - Não sei, pá. Alguns gajos que estão na comissão chateiam-se de dar tanta volta, de irem a tantas reuniões e por aí fora. Porque alguns que estavam na C.T. dizem que os cooperadores também deviam ir às reuniões e eu acho justo que isso devia ser feito. E os gajos massacram-se de tudo isso e deixam as comissões.

**COMBATE** (a uma cooperadora) - Acha isso possível? Pelo que conhece dos homens aqui desta cooperativa, acha que isso é possível?

**Trabalhadora** - Quando há aqui alguns homens a ajudar as mulheres comecem logo a dizer que os homens não devem fazer isto e aquilo. Ainda não compreendem bem que eles devem ajudar.

**COMBATE** - Nesse caso há mulheres que lutam por isso, que fazem alguma pressão, que protestam?

**Trabalhador A** - Não, não protestam. Deixam-se cair e deixam-se mesmo levar pelos homens, porque já estão habituadas desde o tempo de fascismo a fazerem tudo pelos homens e a fazerem tudo o que os homens lhes dizem.

**COMBATE** - Isso é verdade?

**Trabalhadora** - Acho que sim.

**COMBATE** - Mas você, como trabalhadora aqui na cooperativa, aceita que a mulher tenha uma função diferente da do homem? A mulher trabalha na produção (no arroz, no tomate, na azeitona) como os homens. E depois quando volta para casa ela ainda lava a roupa, faz a comida...

**Trabalhador B** - Eu acho que se deve aproveitar as potencialidades de cada pessoa. O homem, por exemplo, é mais forte deve ir para os trabalhos mais fortes. A mulher é mais fraca pois deve ir para os trabalhos mais fracos.



Meu Deus!

**Trabalhadora** - A mulher ainda tem de trabalhar aqui junto com o homem, depois chega a casa o homem põe-se a ver T.V. e a mulher põe-se a tratar dos filhos e a fazer comida e ele fica muito bem sentado. Então o homem devia ir ajudar a mulher.

**Trabalhador B** - Acho justo o homem ajudar a mulher desde que a mulher trabalhe ao lado dele.

**Trabalhador A** - Eu acho que não deveria existir na cooperativa, como você disse.

## O DIA A DIA NA COOPERATIVA

## Editorial

Cont. Pág. 3

conseguir integrar no seu aparelho as comissões de trabalhadores burocratizadas. Estas constituem, efectivamente, o canal por onde poderiam passar para o governo informações económicas de que este necessita, e o único canal que pode aplicar com mínimo sucesso as suas decisões económicas executivas. A integração das comissões de trabalhadores burocratizadas seria pois a peça chave, a cúpula, do capitalismo de Estado em Portugal.

No entanto, todas as tentativas neste sentido falharam. As que partiram dos sectores otelistas e de alguns sectores gonalvistas (quando estes desistiram de as liquidar) fracassaram porque as massas proletárias extravasaram sempre os partidos que pretendiam levar esse projecto a cabo; enquanto que, por outro lado, o elevadíssimo número de gestores e de tecnocratas já existentes tem-se oposto sempre, e com o maior vigor, a uma amplificação dos quadros da classe capitalista de Estado — que evidentemente diminuiria a mais-valia distribuída a cada um. Tem sido este o ponto crucial de todas as lutas entre os vários sectores de capitalistas de Estado, ou de candidatos a tal, após o 11 de Março.

O actual primeiro-ministro representa precisamente alguns dos sectores de capitalistas de Estado menos dispostos a permitir que a integração das comissões de tra-

balhadores burocratizadas ponha em causa os seus lugares privilegiados; aliás, no seu discurso, grande parte das declarações relativas ao ensino superior, que tem como objectivo aumentar a sua selectividade, destinam-se explicitamente a impedir o alargamento numérico da classe dominante no regime económico que hoje vigora no país (por exemplo, ao declarar: "O desemprego e a frustração das técnicas qualificadas sem emprego é um mal bem maior do que a orgulhosa demonstração de percentagens indicativas de uma numerosa população universitária"). Em última instância, é este o aspecto fundamental do seu discurso: a linha política e de gestão económica que o primeiro-ministro encabeça é incapaz de resolver a principal contradição social no seio da nova classe dominante.

As tentativas gonalvista e otelista mostram o seu insucesso definitivo. Uma tentativa que, com base numa ideologia de direita e numa prática populista conseguiu essa integração, articulando-a com o aumento da repressão em geral (ou seja, um fascismo de estilo perunista) está longe de ser sequer esboço em Portugal. Qual, então, a solução que os capitalistas de Estado propõem? Para responder a esta pergunta basta ler o discurso do primeiro-ministro: não propõem solução nenhuma. Se retirarmos as confusões, a demagogia e as utopias sem sentido — que até aqui analisámos — toda a arte governativa

do primeiro-ministro consiste em manter a situação como ela se encontra agora, insistindo em dois aspectos: 1º) Tentando aumentar a exploração dos trabalhadores, por uma diminuição do salário real e um reforço da disciplina repressiva na fábrica.

2º) Tentando obter um número crescente de empréstimos e investimentos por parte do estrangeiro. O primeiro-ministro promete, no seu discurso, facilitar os investimentos estrangeiros privados, mas o fundamental serão, dada a situação de capitalismo de Estado em que vivemos, os empréstimos e os investimentos efectuados de Estado a Estado, ou por parte de organizações internacionais supra-estadauais.

Em suma: crescer-se-á a integração do país na estreita rede do capital internacional, com todos os efeitos que daí podem vir — se o proletariado os souber aproveitar — para a própria internacionalização das lutas operárias; e prepara-se uma bela época de lutas operárias em Portugal, pois o governo não tem as possibilidades repressivas para executar a descida drástica do salário real que propõe.

Na previsão dessa época de ascensão das lutas parece-nos que, desde já, os militantes revolucionários e todos os revolucionários mais activos devem fazer convergir os seus esforços em dois pontos básicos:

- a união directa entre as massas tra-

balhadoras em luta, para que as lutas não se restrinjam ao âmbito de cada empresa, para que se possa lutar contra a sua burocratização, para que possam ser trocadas experiências e definirem-se táticas comuns;

- fazer convergir os esforços para sabotar todas as tentativas de integração das comissões de trabalhadores burocratizadas no aparelho de Estado, de modo a crescer as contradições do capitalismo de Estado e a aumentar a sua ineficácia e inoperância.

É isto que — pequena e modesta peça de uma engrenagem revolucionária muito mais vasta e em expansão — nos temos até agora proposto fazer. E é isto que nos esforçamos por continuar a levar a cabo.

\* O INE prevê (Setembro de 76) para o ano agrícola de 75/76 um aumento de 13% de trigo, 5% de centeio, 16% de aveia e 13% de cevada em relação às produções do ano passado, e um aumento de 52% dos dois últimos produtos em relação às produções médias dos últimos dez anos.

Apesar do aumento de produção do ano agrícola de 74/75 se ter obtido sob gestão dos proprietários fundiários, é importante salientar que essa gestão foi alvo de enormes pressões dos trabalhadores, as quais ao obrigarem o emprego forçado da massa de empregada forçaram os proprietários a aumentarem as suas áreas cultivadas.

# ativa



potencialidades entre o homem e a mulher, porque acho que o homem e a mulher são iguais.

**Trabalhador B** - Eu acho que não. Acho que a mulher é um pouco mais fraca que o homem. Por exemplo, vamos para uma sementeira: a mulher não vai semear como o homem porque não tem as mesmas posses para isso.

**Trabalhador A** - Nós vamos para uma vindima, ou vamos apanhar batatas, ou tomates: nós ficamos atrás das mulheres a apanhar isso tudo. Por isso existe sempre uma igualdade: os homens têm poder para uma coisa e as mulheres têm poder para outras. Por isso a potencialidade é igual.

**Trabalhador B** - Devem-se aproveitar as potencialidades de cada qual para aquilo que têm mais jeito e mais possibilidades...

**Trabalhadora** - Por isso mesmo é que as mulheres devem de ser a mesma coisa que os homens... é igual. Porque há certo trabalho que a mulher faz e o homem não faz e há o contrário.

**COMBATE** - Quanto a esta questão da mulher ser mais fraca que o homem, como é que explica que a mulher trabalhe no campo com o homem o dia todo e depois volte para casa, o homem sentando-se e ela fazendo comida, lavando a roupa e cuidando das crianças... e é mais fraca, não é?

**Trabalhador B** - Mas isso é não muito justo, que a mulher seja depois escravizada no fim daquelas horas de trabalho...

**COMBATE** - Pois, eu acho que esta questão de ser forte ou fraco também é uma questão que vem de muito longe. É dos costumes. E também dizer que a pessoa tem jeito para isto ou aquilo... a menina desde que nasce é ensinada a brincar com bonecas, porque depois quando ela crescer irá ser mãe que cuida dos filhos; enquanto que o rapaz vai com o pai cuidar dos bois, etc. Isso é o que nos ensinaram, mas não significa que fisicamente, alguém seja mais forte ou mais fraco, ou tenha mais jeito ou não. O jeito não é uma coisa com que se nasce. É uma coisa que se cria.

**Trabalhador B** - É uma coisa já tradicional...

**COMBATE** - Acho que em situações como numa cooperativa se poderia pensar em mudar as tradições. Quer dizer que se para uma pessoa adulta já pode ser um pouco difícil, seria uma questão de mudar para as pessoas mais jovens.

**Trabalhador B** - Eu estou convencido de que é fácil para a mulher adaptar-se mesmo aos serviços mais violentos; e para o homem também era fácil adaptar-se a serviços como lavar a roupa e descascar batatas.

**COMBATE** - Todas estas questões já foram discutidas muitas vezes aqui na cooperativa. Mas que fizeram vocês para mudar a situação? A vida de todos os dias aqui continua praticamente na mesma. As pessoas dizem "Ah! é mesmo! deve haver igualdade entre as mulheres e os homens", mas na realidade, as coisas continuam na mesma.

**Trabalhador A** - Mas é como eu lhe digo - isto só poderá partir de uma organização. E neste momento não existe organização e muita malta que aqui está veio do fascismo.

**Combate** - Há muito tempo que se fala em fazer uma creche. Porque é que ela não existe ainda?

**Trabalhadora** - O sócio-cultural já pensou nisso, como agora já não há mobílias lá em cima na casa do burguês, poder-se-ia fazer lá; mas as mães dos miúdos dizem que é muito longe e que não querem a creche lá em cima. Agora também há problemas para arranjar uma mulher que saiba ler para ensinar as crianças. Por isso, por enquanto, isso parou quase por completo.

**COMBATE** - Mas aqui há mulheres que sabem ler, não é?

**Trabalhadora** - Sim, há mulheres que sabem ler, mas agora isto está parado. Não há nenhuma aqui que esteja com intenções de tomar conta das crianças.

**COMBATE** - Fala-se de uma mulher para tomar conta da creche. Por acaso, pensou-se em algum homem? Nenhum homem se ofereceu?

**Trabalhadora** - Não, porque é preciso fazer o comer as crianças e tudo... Quem era o homem que ia tomar conta das crianças?

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO)

## COUÇO

(Continuação p.5)

em que vão ser entregues herdades e em que já estamos a sentir a falta futura de trabalho, pois se estivermos à espera ficaremos o resto da vida. Acontece como na Caixa de Previdência onde um tipo para ser operado tem primeiro de morrer.

O pouco tempo de reforma agrária que tivemos já nos ajudou um pouco para saber-

### OS TRABALHADORES FACE ÀS DESOCUPAÇÕES

**COMBATE** - Neste processo das desocupações tem havido conversações, em especial entre os sindicatos, o governo e as autoridades militares. Qual tem sido o papel das comissões de trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção e que discussões houve com a maioria dos trabalhadores?

**Canejo** - Este problema já se vinha a discutir há tempos, a nível de plenário. Nós temos reuniões de 15 em 15 dias. Já sabemos o que vamos entregar, já nos vamos mentalizando de que afinal de contas, discutindo os problemas uns com os outros, o que deveríamos fazer.

**COMBATE** - Como é que na prática se têm processado as desocupações?

**Canejo** - Nós aqui no Couço vamos discutindo o problema não só a nível dos trabalha-

mos como é. É muito importante sabermos que temos de nos lançar, temos que puxar pela cabeça para saber onde é que se tem de ir, para se desenvolver a agricultura e em que moldes, para podermos ter capacidade de trabalho, para produzir.

**COMBATE** - Mas nas herdades que vão entregar certamente que vocês fizeram investimentos. Não pensam exigir a indemnização correspondente?

**Canejo** - Mas nós também não vamos pagar.

dores da herdade que iria ser desocupada mas também a nível de todos os trabalhadores da Unidade Colectiva. Porque se houvesse desocupação aqui ou ali nesta unidade colectiva, que viesse prejudicar o emprego dos trabalhadores, as outras teriam capacidade para empregar os trabalhadores ameaçados.



**COMBATE** - Da leitura dos comunicados oficiais retira-se que não tem havido problemas. Mas todos eles terminam afirmando que,

## apoia o combate

PODES APOIAR-NOS:

- AJUDANDO A DIFUSÃO DO JORNAL NO TEU LOCAL DE TRABALHO, OU NA TUA REGIÃO, SE ELE NÃO FOR AÍ DISTRIBUIDO COMERCIALMENTE.
- ENVIANDO-NOS MATERIAL: CRÍTICAS, ENTREVISTAS, DESENHOS OU FOTOS, COMUNICADOS DE LUTAS, ETC.
- FAZENDO-TE ASSINANTE OU FAZENDO ASSINANTES OS TEUS CAMARADAS E AMIGOS.

## Reuniões Combate

O jornal **COMBATE** tem a sua sede nas LIVRARIAS CONTRA A CORRENTE, em Lisboa na Rua da Atalaia, 204 (Bairro Alto) e no Porto, na Rua do Breiner, 50.

Podes encontrar pessoas dos colectivos todos os dias (Lisboa das 14,30 horas às 20) telefone: 371733; no Porto das 9 às 19 horas) para te informares, bateres um papo e apresentares as tuas sugestões e críticas. As reuniões dos colectivos para discutir as actividades de agitação e de análise das situações globais e pontuais a serem escritas nos editoriais são feitas em Lisboa todas as terças-feiras e no Porto todas as quartas-feiras, às 21,30 horas.

QUERO ASSINAR O **COMBATE** DESDE O Nº ...

1 ano (26 números) 96\$00  
6 meses (13 números) 48\$00  
Apoio (anual) 120\$00 mínimo  
Europa (anual) 212\$00 por avião  
USA (anual) 264\$00 por avião  
Angola (anual) 216\$00 por avião

QUERO VENDER ... EXEMPLARES DO **COMBATE**

Junto envio .....\$...

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome do director)

caso surjam problemas, as "forças da ordem" intervirão. Vocês não temem que estas desocupações sejam um balão de ensaio para medirem as vossas forças e a vossa determinação quanto a um recuo da reforma agrária?

**Canejo** - Tirarem estas terras para amanhã tirarem todas as outras? -- Podia acontecer... Mas não é muito fácil... Nessa altura é que era provável que os trabalhadores se impusessem, porque os trabalhadores ao aceitarem estas desocupações vêem que, por um lado perdem, mas por outro ganham muito mais. E quando se chegasse a um extremo desses, enfim... Não seriam só os trabalhadores do campo a sentirem isso.

**COMBATE** - O que representam os 50.000 pontos?

**Canejo** - Isso depende também dos técnicos que os queiram fazer, pois os técnicos sabem muito melhor do que nós o que é a pontuação e quais são as qualidades da terra. Daí também os trabalhadores podem ser enganados. A pontuação dos 50.000 pontos é feita da seguinte maneira: uma terra de primeira vale por exemplo 20.000 pontos; uma terra de tomate de segunda vale por exemplo 10.000 pontos; uma terra de prágana mais inferior vale, vamos lá, 5.000 pontos, e enfim, por aí fora. A soma destes pontos é que vai dar os 50.000. A pontuação também está relacionada com a rentabilidade da terra.



# ÁFRICA DO SUL: NEGROS LUTAM CONTRA O CAPITALISMO

Para a África do Sul se voltam as atenções de todas as potências imperialistas. Para uns a atenção é requerida para tentar manter a influência já ganha ou aumentá-la se possível; para outras tentar substituir a influência das suas concorrentes na rapina da abundante riqueza africana.

Terrivelmente agressivas na disputa da presa e fortemente coesas quando, eventualmente, o proletariado africano se ergue em luta, as suas dissemelhanças formam um todo uno, como o formam duas faces de uma mesma moeda.

O barril de pólvora que toda a África é, parece ter o rastilho na África do Sul. País riquíssimo, com ouro, magnésio e urânio em abundância, com uma indústria desenvolvida e com uma posição geográfica estrategicamente importante e cobiçada, tudo nele se encontra reunido, fazendo-o o centro primeiro das disputas.

Tudo lhes serve, desde o apartheid à exploração e instigação de conflitos tribais, passando pelo desenvolvimento dum nacionalismo exaerbado, tão bem conseguido pela burguesia africana organizada em movimentos de libertação, para assegurar a perenidade dos seus interesses. De potência para potência a diferença é metodológica: o domínio da riqueza e para isso dos trabalhadores.

A vida não é fácil aos trabalhadores. Por isso, apesar do enorme aparelho repressivo, apesar do recurso do terrorismo de massas a "situação é séria", como é obrigado a reconhecer o próprio Vorster (primeiro-ministro).

Após o massacre de Sharpeville, em Março de 1960 (mais de cem mortos e feridos), o movimento de resistência lentamente avança, embora em condições de inaudita dificuldade. Em 1973, registaram-se 245 greves, mobilizando 75.843 trabalhadores negros, e em Setembro a polícia abria fogo sobre os mineiros de exploração de ouro em Cartouville, fazendo (número oficial) 11 mortos. Em 1974, o movimento grevista atingia 374 empresas, e a polícia teve de intervir perto de 200 vezes.

Organizados e mobilizados à volta de reivindicações imediatas — recusa da introdução da língua "boer" nos estabelecimentos escolares dos "Townships" (subúrbios operários negros), a libertação dos presos e a retirada da polícia dos ghettos — transformou-se em guerra aberta, após os tumultos

de Soweto, a 16 de Junho deste ano, que não conhece tréguas nem limites contra o regime de Pretória, suas estruturas capitalistas, seus instrumentos e seus agentes brancos.

Soweto, imensa cidade-dormitório dos arredores de Joanesburgo, foi conjuntamente com outras cidades-dormitórias, onde são metidos os Negros, aquando dos tumultos de Junho, violentamente reprimida. Segundo o Ministro da Polícia de Pretória a repressão fez 16 mortos, 1139 feridos e 1298 pessoas foram presas. Contudo, o porta-voz do Comité das Nações Unidas sobre o Apartheid revelou que mais de um milhar de pessoas tinham sido mortas pela polícia.



Estes acontecimentos alargando e aprofundando as exigências arrastam na sua peugada outros acontecimentos. Agora, não é somente melhores condições de vida porque se luta. Luta-se com o fim de recuperar o poder de decidir do seu destino.

A 24 de Junho, a uma semana dos motins em Soweto, a polícia entrou em estado de Emergência em várias localidades do Transval. Manifestações espontaneas ocorrem. Na vila mineira de Witbank, a uma centena de quilómetros de Joanesburgo, as forças policiais tiveram de intervir para proibirem uma distribuição de panfletos apelando à greve. A 7 de Julho, várias centenas de negros atacaram à pedrada e depois incendiaram um café e edifícios públicos em Bothville. Os incêndios assolaram as igrejas, autocarros e os carros de distribuição do diário "Beeld" em Joanesburgo.

Os acontecimentos sucedem-se a um ritmo acelerado fazendo com que "ordeira" população branca acorra aos armeiros e frequentemente em massa às casas onde se aprende a atirar. A massacrada cidade de Soweto não se amedronta e novo movimento surge em força, a 4 de Agosto, propagando-se logo à maior parte dos quarteiros negros das zonas urbanas do país, enquanto que vários Bantustans (regiões de governos negros servis a Pretória em particular Kwazulu, Transkei e Bophutastwana eram teatro de violentos motins).

A 11 de Agosto são os colégios e os liceus dos bairros de Langa, Nyanga e Guguletu da província do Cabo e a 18 do mesmo mês New Brighton, Kwazala e Zwide, três cidades de Port Elizabeth, que se manifestam. Do ataque das unidades policiais resultaram, segundo números oficiais, 29 mortos e mais de 150 feridos no dia 11 de Agosto e 35 mortos no dia 18.

Em fins de Agosto as movimentações atingiram o seu ponto mais elevado, fazendo aparecer a imensa força policial dos trabalhadores negros. Foi em vão que o enorme aparelho policial foi montado tentando quebrar o movimento de greve nos transportes projectado para os dias 23, 24 e 25, conhecido por operação "Azikwelwas" (nada de transportes). Mas concretizou-se de uma maneira espectacular. A greve que foi praticamente total estendeu-se de Soweto ao porto do Cabo, 1.500 kms mais ao sul, paralisando completamente a actividade da grande cidade industrial; dezenas de lojas e fábricas, afectadas pela ausência da maioria dos seus trabalhadores, tiveram de fechar as portas, enquanto outros estabelecimentos, inclusive a bolsa, funcionaram ao ralenti.

## publicações

ESTA É A SEGUNDA EDIÇÃO DO CADERNO SOBRE CONTRACEPÇÃO E ABORTO, DE UM GRUPO AUTÓNOMO DE MULHERES, QUE PODE SER CONTACTADO TODAS AS QUINTAS-FEIRAS, DAS 18 ÀS 20 HORAS, NA LIVRARIA CONTRA A CORRENTE (Rua da Atalaia, 204, LISBOA)

A INTRODUÇÃO DIZ O QUE PRETENDEM:

### INTRODUÇÃO

A cota é conhecida e os meios, tempo ignorada: em Portugal há, por ano, cerca de 180 mil mulheres que abortar nas condições mais perigosas e culpabilizantes. As consequências imediatas desta situação residem no facto de 3 mil mulheres por ano encontrarem a morte no aborto.

Com a "revolução" política de 25 de Abril — que, segundo muita gente, põe o "socialismo" em marcha —, a legislação salazarista que condena o aborto como um crime mantém-se: o artigo 159 do Código Penal prevê de 2 a 8 anos de prisão. Os governos sucedem-se mas a lei fica.

No sistema social em que vivemos somos transformados em "máquinas de produzir"; e as mulheres, ainda por cima, em "máquinas" dessas máquinas. A mulher limpa e faz o cozer em casa, o que permite que a máquina (o seu homem ou ela mesma) funcione; é um trabalho necessário mas não pago. Além disso, no ventre da mulher crescem seres que serão "novas máquinas", o que é importante para substituir as "máquinas" que vão envelhecendo, gastas, ou que são destruídas.

O ser-se mãe, ser-se esposa e "donna-de-casa" não é, como desde sempre nos ensinaram, um destino único, uma fatalidade. São estas ensinamentos que devemos rejeitar. Tal como o fuseram já as mulheres em França, na Itália, em Espanha e noutros países, precisamos de os rejeitar para lutarmos pelo controlo das nossas vidas; e, antes de mais, para conseguirmos o direito de dispor do nosso corpo, para podermos escolher entre ter ou não ter filhos.

Defendamos a liberdade de escolher — e levemos em frente, a todos os níveis, esta luta: nos nossos locais de trabalho, nos sindicatos, nas casas onde vivemos, ligando-nos assim à luta de todos os trabalhadores pela sua emancipação.

Desejamos que este caderno seja útil a muitas mulheres e que seja um estímulo para aquelas que lutam ou querem lutar no sentido de exercerem um controlo cada vez maior sobre as suas vidas. Desejamos, para além disso, que seja ainda um manual de podermos contactar uns com os outros — porque quanto mais somos mais conseguimos.

Lisboa, Setembro de 1976

2ª edição

**NÃO ACONTECE POR ACASO: depende de nos próprias.**